

Judiciário Notícias

Edição setembro/outubro de 2011 - www.tjce.jus.br - imprensa@tjce.jus.br



Proposta Orçamentária de 2012 do Judiciário apresenta ações para melhorar produtividade

A Proposta Orçamentária de 2012 do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) inclui medidas para melhorar a produtividade e o atendimento à sociedade. As ações têm o objetivo de ampliar a capacidade de prestação de serviços e estruturar as unidades administrativas e judiciárias. [Pág. 3](#)

DIREITO



Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes preside o Conselho Editorial

Editora do TJCE lança Código de Divisão e Organização Judiciária

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador José Arísio Lopes da Costa, oficializou a Editora do Poder Judiciário, durante solenidade no último dia 21 de setembro. “O momento é histórico, pois significa o cumprimento de mais uma das metas da atual administração”, destacou.

A primeira obra da Editora, o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado, atualizado até 30 de junho de 2011, é voltado para estudantes, advogados, magistrados e demais interessados. Está disponibilizado no site da Justiça estadual (www.tjce.jus.br), mas quem preferir adquirir o exemplar impresso, pode procurar a Assessoria

Institucional do Tribunal de Justiça. Solicitações podem ser feitas também pelo e-mail: (editoratjce@tjce.jus.br).

O desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, presidente do Conselho Editorial, considera que a Editora já nasce vitoriosa pela qualidade dos serviços. Ressaltou que a proposta não é só publicar, mas ampliar ainda mais o conhecimento dos operadores do Direito no Ceará, por meio de seminários.

Também faz parte do projeto o lançamento de obras raras, de juristas cearenses já falecidos. “A escolha do material vai ser feita pelo Conselho Editorial, que discutirá os trabalhos que poderão ser publicados”, explicou o desembargador.

O Conselho Editorial é formado ainda pelos desembargadores Carlos Alberto Mendes Forte e Sérgia Maria Mendonça Miranda, além dos juízes Francisco Luciano Lima Rodrigues e Mantovanni Colares Cavalcante. A assessora Institucional do TJCE, Lúcia Carvalho Cidrão, a quem compete a função de editor, secretaria as atividades.

O mandato dos membros é de dois anos, sendo permitida a recondução por igual período. A Editora do Poder Judiciário, instituída por meio da lei nº 14.813/2011, tem a finalidade de publicar obras de divulgação da Ciência do Direito e preservar a cultura jurídica cearense, nacional e internacional.

PORTAL EXTRAJUDICIAL

Ferramenta permitirá economia no envio de notificações via postal para cartórios

O Portal Extrajudicial (PEX), em desenvolvimento pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), concentrará as informações referentes aos cartórios. Com isso, os dados serão integrados com o Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju), Corregedoria Geral da Justiça do Estado (CGJ) e TJCE.

Atualmente, está ocorrendo

a migração dos dados para o novo sistema. Com a ferramenta, o Judiciário vai economizar no envio de notificações via postal para os cartórios, pois as informações poderão ser acessadas pela internet. Além disso, permite a notificação, de forma virtual, dos cartórios.

Inicialmente, o PEX funcionará internamente para o registro das correições desenvolvidas pela CGJ. Posteriormente, com a exclusividade do acesso ao sistema pelo Portal, todos

os cartórios poderão emitir guias do Fermoju e solicitar selos.

Eles terão acesso também aos atos normativos (portarias, resoluções, provimentos, avisos). Os usuários poderão acessar endereços de cartórios, nomes dos responsáveis e portarias referentes às inspeções.

Para garantir a segurança dos dados, o PEX utilizará a tecnologia de certificação digital. A previsão é de que o Portal comece a funcionar já no primeiro trimestre do ano que vem.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2012



Membros da Comissão Participativa do Orçamento e Planejamento Estratégico analisam projetos

Judiciário inclui aumento da jornada de trabalho e outras medidas para melhorar produtividade

A Proposta Orçamentária referente ao exercício de 2012 do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) foi elaborada com a participação de servidores, por meio de sindicatos, e da Associação Cearense de Magistrados (ACM). Aprovado pelo Órgão Especial do TJCE, o documento inclui medidas que visam melhorar o atendimento à sociedade.

Segundo o presidente do Tribunal, desembargador José Arísio Lopes da Costa, as ações objetivam ampliar a capacidade de prestação de serviços e estruturar as unidades administrativas e judiciárias. Além disso, têm

a finalidade de “aumentar a produtividade dos servidores e, destarte, aprimorar a eficiência do Poder Judiciário cearense”, explicou. Dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Proposta foi estruturada a partir dos projetos apresentados por todas as unidades da Justiça estadual. A Comissão Participativa do Orçamento e Planejamento Estratégico fez a seleção depois de estudo minucioso.

Nesse trabalho estão contemplados recursos para assegurar as iniciativas escolhidas, entre elas a instituição de jornada de 40 horas semanais, atendendo à determinação da Resolução

nº 88/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a implantação da Gratificação de Estímulo à Interiorização (GEI) e da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM). Essas gratificações estão previstas na lei estadual nº 14.786/2010, que aprovou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores.

Também estão assegurados recursos para realização de concurso público destinado a magistrados, ingresso de servidores do último certame e efetiva implantação de 40 varas no Fórum Clóvis Beviláqua, além da reestruturação de unidades administrativas no TJCE.

PROXIMIDADE COM O CIDADÃO

TJCE cria programa de esclarecimento ao público e cumpre Meta 4 de 2011 do CNJ

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) tem se aproximado cada vez mais da sociedade. Exemplo disso, foi a criação de programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário.

A medida se deu com a aprovação da Resolução nº 05/2011, do Órgão Especial do TJCE, no dia último dia 1º de setembro. O documento instituiu o “Justiça e Cidadania” e permitiu o cumprimento da Meta 4 de 2011, estipulada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O programa tem o objetivo de estabelecer canal de comunicação

entre o Judiciário cearense e a sociedade, divulgando, com clareza, o papel, a estrutura e o funcionamento da Justiça. Além disso, tem como finalidade orientar o cidadão sobre os seus direitos.

Uma das ações é a cartilha “Conhecendo o Judiciário”, em fase de finalização. O material será distribuído em bibliotecas, escolas e comunidades.

O “Justiça e Cidadania” contempla também visitas guiadas de estudantes ao Palácio da Justiça e palestras para alunos do ensino médio e superior, como ocorreu entre agosto e setembro deste ano na Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec). Desembargadores do TJCE

atuaram como facilitadores.

O Fórum Clóvis Beviláqua também recebe alunos interessados em conhecer a Justiça de 1º Grau da Comarca de Fortaleza. Algumas comarcas do Interior também cumpriram a Meta 4, entre elas Barro e Independência, distantes 451 e 309 Km da Capital, respectivamente.

Os juízes José Valdecy Braga de Sousa e César Morel Alcântara, têm visitado escolas das respectivas comarcas. Durante as palestras, os magistrados explicam sobre o funcionamento do Judiciário e de temas cotidianos ligados ao Direito.

METAS PRIORITÁRIAS

Grupo de Auxílio julga mais de mil processos em dois meses

O Poder Judiciário do Ceará vem empreendendo esforços no sentido de melhorar a prestação jurisdicional e dar cumprimento às metas prioritárias propostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desde o último mês de agosto, o Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais da Comarca de Fortaleza direcionou as atividades para o julgamento dos processos mais antigos.

O objetivo é alcançar as Metas 2 de 2009 e 2 de 2010, que

consistem em solucionar todos os processos ajuizados até 2005 e 2006, respectivamente. Em sessenta dias, a força-tarefa julgou 1.030 ações.

Segundo a coordenadora do Grupo, juíza Joriza Magalhães Pinheiro, a estatística deverá ser ainda maior nos próximos meses, com chegada de novos integrantes. “Em agosto, tínhamos apenas cinco juízes dedicados exclusivamente ao Grupo. Desde então, esse número tem crescido e, no último dia 19 de outubro, chegou a 20 magistrados”.

Além dos julgamentos, a equipe está atuando na atualização dos dados no Sistema Processual (SPROC). A importância desse trabalho foi ressaltado em encontro realizado, no dia 20 de setembro, entre a gestora da Meta 2, desembargadora Nailde Pinheiro Nogueira, e juízes e diretores de Secretaria. “A atualização permite obter diagnóstico real da situação das unidades”, destacou.

Os trabalhos já começam a dar resultados. A 3ª Vara de Família, por exemplo, conseguiu cumprir a Meta 2 de 2009 e está próxima de atingir a de 2010. A juíza Maria Marleide Maciel Queiroz atribui o êxito também ao processo eletrônico, que permite maior agilidade.

Outro objetivo que vem sendo perseguido é o julgamento de quantidade igual a de processos distribuídos e parcela do estoque (Meta 3 de 2011). A 13ª Vara Cível, por exemplo, já julgou, até agosto deste ano, 1.169 ações, número superior em 166% à quantidade de processos novos que deram entrada na unidade (707).



A prioridade é o julgamento de processos antigos

MUTIRÕES

Fórum Clóvis Beviláqua desenvolve iniciativas para disseminar cultura do acordo

A prática da conciliação já faz parte do cotidiano do Fórum Clóvis Beviláqua. O Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais e a Central de Conciliação do Fórum Clóvis Beviláqua têm contribuído para disseminar a cultura do acordo, promovendo mutirões que mobilizam juízes e servidores em prol da solução pacífica dos casos.

Só este ano, já foram realizados cinco eventos, totalizando mais de 2.500 acordos relacionados à cobrança do Seguro DPVAT e instituições financeiras (Varas Cíveis) e à interdição, investigação de paternidade e execuções de alimentos (Varas de Família).

Para os meses de outubro e novembro, já estão agendados dois mutirões, com ações dos Bancos Itaú/Unibanco (24 a 27/10) e Panamericano (07 a 11/11). Entre 28 de novembro e 2 de dezembro, as Varas Cíveis, de Família e Juizados Especiais Cíveis e Criminais irão participar também da Semana Nacional de Conciliação, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça que envolve Tribunais de todo o Brasil.

“A prática constante dos meios consensuais de solução dos conflitos ajuda a difundir a cultura da pacificação social e evita a judicialização dos conflitos, além de reduzir o tempo de espera para julgamento”, avalia a juíza Jane Ruth Maia de Queiroga, coordenadora da Central de Conciliação.

VARAS

Além dos grandes mutirões, as Varas também desenvolvem, individualmente, atividades constantes relacionadas à conciliação. A maioria

dedica dias específicos para as tentativas de acordo, com audiências previamente agendadas.

Outras, como a 3ª e 13ª Varas Cíveis, reservam datas para sessões voluntárias, sem a necessidade de intimação das partes. A 3ª Vara de Família possui Núcleo Permanente de Conciliação. Já a 10ª Vara Cível criou o “Espaço da Conciliação”, painel em que os interessados em fazer acordo podem deixar o número do processo, para que seja incluído na pauta de audiências.



Mutirões de conciliação têm difundido cultura de pacificação

“SEXTA EM DIA”

Projeto atualiza dados processuais das Varas Criminais de Fortaleza

As informações das 18 Varas Criminais do Fórum Clóvis Beviláqua foram atualizadas no Sistema Processual (SPROC). A iniciativa se deu por meio do projeto “Sexta em Dia”, realizado nos dias 9, 16, 23 e 30 de setembro e 7, 14 e 21 de outubro deste ano.

O objetivo foi eliminar as ações já extintas ou que transitaram em julgado e saber a quantidade de

processos ativos em cada unidade. As atividades permitiram retirar 54.717 feitos que constavam indevidamente no SPROC, reduzindo o acervo de 99.206 para 44.489 autos.

A juíza Jacinta Inamar Franco Mota, integrante do Grupo Gestor da Virtualização, ressalta que a medida facilitou a transição do meio físico (papel) para o eletrônico, permitindo que os dados sejam atualizados

antes da migração para o Sistema de Automação da Justiça (SAJ).

O “Sexta em Dia” conta com o apoio de servidores do Grupo Gestor da Virtualização e das Secretarias Judiciária, de Planejamento e Gestão e de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A iniciativa deverá ser expandida para as demais varas do Fórum.

CEJAI/CE

Comissão habilita quatro casais interessados em adoção internacional

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Ceará (Cejai-CE) habilitou, até o final da primeira quinzena de outubro de 2011, quatro procedimentos para candidatos à adoção internacional de crianças e adolescentes abrigados em unidades de acolhimento no Estado. As sessões foram realizadas nos dias 27 de junho e 29 de agosto deste ano.

De acordo com o presidente da Comissão, desembargador Francisco Suenon Bastos Mota, após o deferimento, os casais permanecerão pelo período de um ano como pretendentes habilitados. Em seguida, será expedido certificado e eles poderão dar início à adoção junto aos Juizados da Infância e da Juventude, no Fórum Clóvis Beviláqua.

Se o processo de adoção não for concretizado, os casais devem solicitar a renovação da habilitação,

após o término do prazo estabelecido pela Comissão. A secretária executiva da Cejai/CE, Adriana do Vale Farias Saldanha, explicou que brasileiros podem concorrer à adoção internacional desde que comprovem residência em outro país.

É necessário, no entanto, que o local onde estejam morando faça parte da Convenção sobre Cooperação Internacional e Proteção de Crianças e Adolescentes em Matéria de Adoção Internacional (Convenção de Haia), de 1993.



As sessões ocorreram nos dias 27 de junho e 29 de agosto

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Comarca de Acaraú concentra cadastro para adoção de crianças da Zona Norte do Estado

O Fórum da Comarca de Acaraú, distante 255 km de Fortaleza, está concentrando o cadastro das pessoas interessadas em adotar crianças e adolescentes das unidades de acolhimento instaladas na Zona Norte do Estado. O juiz César de Barros Lima, titular da unidade, garante que a comarca tem toda estrutura necessária para agilizar os procedimentos de adoção.

Por meio de convênio com a Prefeitura Municipal, a Justiça cearense montou uma equipe multidisciplinar, composta pela psicopedagoga Ana Alzira Ribeiro Teodósio, pelas assistentes sociais Maria Joseneide Barbosa e Maria Emanuelle Ribeiro e

pela psicóloga Francis Helen de Souza.

Atualmente, cinco cadastros estão sendo avaliados para adoção. Após criteriosa análise da equipe multidisciplinar, eles são aprovados na própria unidade judiciária. As inscrições para novos adotantes podem ser feitas diretamente na sede do Fórum da comarca, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

O juiz destaca que “o objetivo da equipe é promover a mobilização regional para a importância do processo de adoção, dentro dos novos critérios adotados do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme dispõe a nova Lei de Adoção - Lei nº 12.010, de 29 de julho de 2009”.

No momento, 17 crianças e adolescentes estão à espera de adoção em Acaraú. No último dia 21 de setembro, o Fórum de Acaraú promoveu o “I Seminário Psicossocial e Jurídico: Conscientizando para Adoção”. Depois de Fortaleza e Russas, Acaraú é o terceiro município do Ceará a implantar o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Lançado em 29 de abril de 2008, o cadastro tem por objetivo agilizar os processos de adoção por meio do mapeamento de informações unificadas. Possibilita ainda a implantação de políticas públicas na área.

NOTAS

Des. Haroldo Rodrigues recebe homenagens

Durante sessão no dia 1º de setembro, o Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) prestou homenagens ao desembargador Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque, que se aposentou após 41 anos de serviços prestados à magistratura. Na ocasião, ele recebeu placa de reconhecimento pelo trabalho e dedicação à Corte de Justiça estadual.

“Minha missão foi desempenhada adequadamente. Retiro-me do convívio e afastamento da toga com respeito e boas lembranças, além de honra e orgulho”, afirmou, agradecendo aos integrantes do Pleno, familiares e servidores.

O presidente do TJCE, desembargador José Arísio Lopes da Costa, destacou a trajetória profissional do colega, a quem considera “um homem competente, dotado de preparo e humanidade”.

Para o vice-presidente do Tribunal, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, a história de Haroldo Rodrigues deixou muitos exemplos. “A trajetória de Vossa Excelência foi marcada pela honradez, decência e trabalho”, ressaltou.

Justiça instala dez novas comarcas

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) ampliou o atendimento à população com a instalação de novas unidades judiciárias. Nos últimos meses, dez comarcas do interior do Estado, antes vinculadas, ganharam autonomia, sendo cinco somente em setembro.

A medida faz parte do projeto de expansão do Judiciário estadual, que vem sendo implantado pelo presidente do TJCE, desembargador José Arísio Lopes da Costa. O objetivo é oferecer atendimento satisfatório à sociedade.

O aumento está previsto



Desembargador Haroldo Rodrigues recebeu homenagens do Presidente do TJCE

na Lei nº 14.407/2009, que alterou o Código de Divisão e Organização Judiciária do Ceará. Por meio de portarias, o desembargador José Arísio Lopes designou os magistrados para as novas comarcas.

Órgão Especial institui Coordenadoria Estadual da Mulher

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), por meio da Resolução nº 08/2011, criou a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Vinculada à Presidência do Tribunal, terá a competência de gerir políticas, ações e mecanismos de atendimento, bem como de combate e de prevenção.

Além disso, deverá sugerir melhorias para o aprimoramento do Judiciário na área de combate e prevenção da violência contra as mulheres, dar suporte às equipes multidisciplinares, colaborar para a formação de magistrados e servidores na área, recepcionar dados, sugestões e reclamações.

Os trabalhos da Coordenadoria serão conduzidos por um desembargador, que será indicado pelo presidente do TJCE para mandato de dois anos, permitida a recondução. Os titulares dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

também participarão do órgão.

Corregedora-geral se reúne com magistrados e cartorários em Quixadá

A corregedora-geral da Justiça do Ceará, desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar esteve em Quixadá, no último dia 24, para a abertura das inspeções e correções na região. Na ocasião, ela se reuniu com magistrados e titulares de serventias extrajudiciais e recomendou maior empenho no cumprimento das cartas precatórias.

A desembargadora ressaltou também a importância de as estatísticas mensais serem enviadas à Corregedoria até o quinto dia de cada mês para se adequar às exigências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A corregedora alertou os cartorários sobre a utilização do papel de segurança para padronização das certidões de registro civil.

A partir de janeiro de 2012, será obrigatório o uso do papel de segurança unificado em todo o território nacional, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O documento é fornecido gratuitamente pela Casa da Moeda do Brasil para as serventias extrajudiciais. A desembargadora vai visitar ainda as Comarcas de Iguatu, Crato, Sobral, Crateús, Camocim, Ubajara e Aracati.

RECICLAGEM DE PAPÉIS



Material será destinado à reciclagem

Tribunal de Justiça do Ceará realizará descarte de 7 mil peças processuais

Com a digitalização dos processos no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e no Fórum Clóvis Beviláqua, as peças processuais em papel que foram convertidas em arquivos judiciais eletrônicos serão doadas a instituições filantrópicas. Está previsto o descarte inicial de 7 mil petições iniciais. A iniciativa possibilitará o reaproveitamento de papéis que se tornaram inúteis com a digitalização.

Outra vantagem é contribuir para a saúde dos servidores, já que a retirada de pilhas de petições dos setores diminuirá a incidência de fungos e ácaros. O procedimento atende à Resolução nº 2 do TJCE, que estabelece a responsabilidade socioambiental como um dos objetivos do Plano Estratégico da Justiça estadual.

A secretária judiciária do Tribunal, Cleidimir Rego Magalhães Martins, ressaltou o empenho dos chefes e diretores de departamentos que deram expedientes, aos sábados, na primeira quinzena de outubro. “Foi um esforço concentrado dos servidores, que trabalharam para concluir a triagem das peças que já haviam sido digitalizadas”.

Feita a separação, os advogados serão intimados a resgatar as peças iniciais originais, caso desejem. Eles têm um prazo de 30 dias para comparecer à Distribuição do Tribunal ou do Fórum Clóvis Beviláqua. Expirado o prazo, será designada data

e horário para realizar o descarte, que consiste na trituração das peças.

CONVÊNIO PARA DOAÇÃO

Os papéis serão reciclados e doados a uma instituição filantrópica que trabalha com projetos ambientais mediante convênio com o TJCE. Segundo a assessora institucional do Tribunal, Lúcia Carvalho Cidrão, as entidades interessadas têm até o próximo dia 31 de outubro para formalizar o requerimento. Elas devem comparecer ao Departamento de Gestão Documental do Tribunal, no horário de 10h às 17h, e comprovar que estão aptas a participar da seleção.

Quitação de obrigações com os fiscos federal, estadual e municipal, inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e apresentação de estatuto ou regimento são alguns dos documentos exigidos. Além disso, devem comprovar situação regular junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A responsabilidade pelo transporte do material reciclado ficará por conta da entidade beneficiada.

O procedimento do descarte está alinhado à Recomendação nº 11 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que atribui aos Tribunais de Justiça do País a adoção de políticas públicas visando à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado.

TRIBUNAL PLENO

Des. José Arísio Lopes da Costa - Presidente
 Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido - Vice-Presidente
 Des. Edite Bringel Olinda Alencar - Corregedora Geral da Justiça
 Des. Ernani Barreira Porto
 Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
 Des. Rômulo Moreira de Deus
 Des. João Byron de Figueirêdo Frota
 Des. Ademar Mendes Bezerra
 Des. Maria Iracema Martins do Vale
 Des. José Mário Dos Martins Coelho
 Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
 Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
 Des. Lincoln Tavares Dantas
 Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
 Des. Francisco Sales Neto
 Des. Maria Náilde Pinheiro Nogueira
 Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
 Des. Francisco Pedrosa Teixeira
 Des. Vera Lúcia Correia Lima
 Des. Francisco Auricélio Pontes
 Des. Francisco Suenon Bastos Mota
 Des. Clécio Aguiar de Magalhães
 Des. Francisco Barbosa Filho
 Des. Paulo Camelo Timbó
 Des. Emanuel Leite Albuquerque
 Des. Sêrgia Maria Mendonça Miranda
 Des. Jucid Peixoto do Amaral
 Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz
 Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
 Des. Francisca Adelineide Viana
 Des. Durval Aires Filho
 Des. Francisco Gladysson Pontes
 Des. Francisco José Martins Câmara
 Des. Váltsen da Silva Alves Pereira
 Des. Francisco Darival Beserra Primo
 Des. Francisco Bezerra Cavalcante
 Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
 Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
 Des. Carlos Alberto Mendes Forte
 Des. Teodoro Silva Santos
 Des. Carlos Rodrigues Feitosa
 Des. Maria Iranilde Moura Silva
 Dr. Pedro Henrique Genova de Castro - Secretário Geral

ÓRGÃO ESPECIAL

Des. José Arísio Lopes da Costa
 Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido
 Des. Edite Bringel Olinda Alencar
 Des. Ernani Barreira Porto
 Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
 Des. Rômulo Moreira de Deus
 Des. João Byron de Figueirêdo Frota
 Des. Ademar Mendes Bezerra
 Des. Maria Iracema Martins do Vale
 Des. José Mário Dos Martins Coelho
 Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
 Des. Lincoln Tavares Dantas
 Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
 Des. Francisco Sales Neto
 Des. Maria Náilde Pinheiro Nogueira
 Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
 Des. Francisco Auricélio Pontes
 Des. Francisco Suenon Bastos Mota
 Des. Emanuel Leite Albuquerque
 Dr. Pedro Henrique Genova de Castro - Secretário Geral

Juiz José Krentel Ferreira Filho - Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua

Juliana Cardoso Lima - Assessora Especial da Presidência
 Ana Katarina Fonteles Soares - Secretária Especial de Planejamento e Gestão
 Jordete de Oliveira Franco Gomes - Secretária de Administração
 Dilthey Pontes Forte - Secretário de Tecnologia da Informação
 Francisca Cleidimir Rego Magalhães Martins - Secretária Judiciária
 Newton Rodrigues Sousa - Secretário de Finanças
 Adriana Islaia Carneiro Leal - Secretária de Gestão de Pessoas
 José Ricardo Vidal Patrocínio - Juiz Auxiliar da Presidência
 Francisco Eduardo Fontenele Batista - Juiz Auxiliar da Presidência
 Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo - Juiz Auxiliar da Vice-Presidência
 Lúcia Carvalho Cidrão - Assessora Institucional
 Maria José de Oliveira Fernandes - Auditora-chefe de Controle Interno
 Christianne dos Santos Sobral - Consultora Jurídica
 Dalva Regina Luna Queiroz - Chefe da Assessoria de Comunicação
 Alessandra Bezerra Aragão - Chefe da Assessoria de Cerimonial
 Augusto Nirlando Monteiro Vieira Major PM - Assistente Militar
 Vendiana Monteiro Chaves - Assessora Pedagógica da Presidência

EXPEDIENTE

Editores: Regina Luna e Francisco José Rosa | Repórteres: Luciberto Forte, Edson Gomes, Crisley Cavalcante, Carolina do Vale, Emerson Rodrigues e Ana Carolina Palhano | Fotos: Iralton Menezes
 Designer: Eduardo Torres.

Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário
 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Tel: (85) 3207.7056/7060
 Fax: (85) 3207.7058 - E-mail: imprensa@tjce.jus.br
 Impresso no Parque Gráfico do Tribunal de Justiça